

AS MULHERES SURDAS E O SISTEMA PÚBLICO DE SAÚDE: CAMINHOS PARA O ACESSO AOS DIREITOS SEXUAIS REPRODUTIVOS

DEAF WOMEN AND THE HEALTH PUBLIC SYSTEM: WAYS TO ACCESS SEXUAL AND REPRODUCTIVE RIGHTS

Ana Luisa Borba Gediel

ana.gedielufv@gmail.com

Doutora em Antropologia Social/UFRGS; Professora do Departamento de Letras na graduação e pós-graduação da Universidade Federal de Viçosa – UFV; Professora Colaboradora da pós-graduação em Antropologia Social Minter Museu Nacional e UFV.

RESUMO

A presente pesquisa foi desenvolvida a partir da problemática de inserção de pessoas Surdas nos espaços públicos, sobretudo, no que se refere à acessibilidade e à garantia dos direitos humanos. Visamos, então, conhecer e compreender as diferentes formas de acesso às informações a respeito dos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres Surdas de classes sociais menos favorecidas. Nosso estudo considerou, portanto, as mulheres Surdas que não estavam registradas nas Estratégias da Saúde da Família, em uma cidade na Zona da Mata Mineira. Sendo assim, este artigo aborda o viés etnográfico, com a perspectiva de inserção nas redes sociais virtuais como recurso metodológico no agenciamento dos corpos Surdos femininos, para o entendimento sobre os direitos sexuais e reprodutivos. A etnografia virtual potencializou as interações entre pesquisador-pesquisadas por meio das tecnologias, mostrando-se eficaz para adentrar aos temas considerados *tabus*, de acordo com Rodrigues (1980), quando acessados, via relações face a face, a partir do conceito de Goffman (1998). Nesse sentido, as questões voltadas ao gênero e à sexualidade desse segmento de mulheres puderam ser acessadas, haja vista que se atentou às especificidades linguísticas e culturais por elas consideradas, revelando-se como espaço privilegiado de agência dos corpos Surdos femininos.

Palavras-chave: Mulheres surdas. Sistema público de saúde. Direitos sexuais reprodutivos.

ABSTRACT

Inspired by deaf people's interaction in different public spaces and the guarantee of accessibility and human rights, this research was designed to understand the different ways that deaf women from low economic classes have access to information about sexual and reproductive rights using places such as the Family Health Strategies in Viçosa city, Minas Gerais. This ethnographic study aims to understand the agency of deaf women's bodies upon their sexual and reproductive rights. Virtual social networks used by the women were methodological resources. The virtual ethnography potentiated the interactions between researcher-researched through these technologies and were effective.

tive in broaching topics often considered “*tabu*” according Rodrigues (1980), when addressed face-to-face, following Goffman’s concept (1998). Using this technology, questions related to gender and sexuality of deaf women could be explored, specifically those having unique linguistic and cultural characteristics. Because of this freedom to communicate, the virtual spaces were revealed as a privileged place of agency to the female deaf bodies to discuss their sexual and reproductive rights.

Keywords: Deaf Women. Sexual and reproductive rights. Health public system.

PANORAMA SOBRE AS MULHERES SURDAS E O ACESSO AOS DIREITOS SEXUAIS E REPRODUTIVOS

São inúmeros os temas que envolvem as mulheres Surdas no contexto da saúde pública brasileira, envolvendo questões de inclusão e vulnerabilidade social, o que se insere nos princípios de igualdade, respeito à diversidade e à autonomia das mulheres, inscritos nos princípios e diretrizes gerais da Política Nacional para as Mulheres (BRASIL, 2013).

Com relação ao sistema público de saúde no Brasil, esse é entendido como um meio fundamental de atendimento a todas as pessoas e funciona na busca da integralidade e da promoção à saúde. Tais noções constituem os fundamentos de saúde pública, que sugere a atuação no sentido de prevenção, na defesa da integridade física e mental, com direito à informação sobre a saúde; na divulgação dos serviços de saúde; na alocação de recursos para controle de epidemias e no saneamento básico (BRASIL, 1996).

Importantes decisões começaram a ser tomadas sobre as reformas nas políticas públicas a partir da década de 1970, Farah (2002; 2004). Essas mudanças foram consideradas como um importante expoente na defesa dos avanços na perspectiva de cidadania. A partir de tal década, uma agenda passa a ser estabelecida a fim de assegurar acessibilidade e inclusão às mulheres. De acordo com Farah (2004), as questões de gênero relativas à saúde, violência, educação, geração de emprego e renda são colocadas como diretrizes no campo das políticas públicas na década de 1990.

Tais ações são intensificadas nos anos 2000, com a criação da primeira Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM/PR), no ano de 2003, com status de ministério. Essa Secretaria teria o objetivo de formular, coordenar e articular políticas para a promoção da igualdade entre mulheres e homens (BRASIL, 2005).

Levando em consideração as trajetórias de construção de políticas de promoção de igualdade, o presente artigo visa aprofundar a discussão a respeito do acesso aos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres Surdas de classe popular, a partir dos resultados de um estudo etnográfico¹ realizado em uma cidade da Zona da Mata Mineira. A pesquisa buscou compreender a corporalidade e a *agency*² das mulheres Surdas de Viçosa frente ao entendimento sobre os direitos sexuais e reprodutivos. As interações cotidianas e as diferentes formas de aquisição de conhecimento foram consideradas e isso compreende, desde as visitas ao sistema público de saúde – Estratégias de Saúde da Família – ESFs, até a construção informal de conhecimentos por meio de amigos e familiares, bem como em outros espaços de interação social.

A etnografia abrangeu a perspectiva das mulheres que se consideram pertencentes a uma “cultura Surda”; e entendem que o principal elo de identificação cultural é a língua que, nesse caso, é a Língua Brasileira de Sinais -

LIBRAS. Por outro lado, o acesso a essa forma de comunicação é identificado por esse segmento como uma questão de vulnerabilidade no âmbito da saúde coletiva, principalmente, no que tange ao entendimento dos agentes envolvidos com a saúde sexual e reprodutiva. Isso decorre da impossibilidade de diálogo entre profissionais da saúde e mulheres sinalizantes, quando a forma de interação é constituída através do uso de duas línguas diferentes.

Ao longo do desenvolvimento da pesquisa de campo, por meio da observação e do acompanhamento das experiências concretas das sujeitas e do uso ativo e contínuo das redes sociais pelas mulheres Surdas³, em especial do *Facebook*⁴, adentramos nas esferas investigativas. Durante o percurso etnográfico houve relativa dificuldade de acesso à temática sobre direitos sexuais e reprodutivos, a partir das interações face a face, Goffman (1998). Desse modo, de acordo com Mercado (2012), as Tecnologias de Informação e Comunicação - TICs - foram oportunas como uma ferramenta metodológica, possibilitando interações híbridas (*online e offline*) com as mulheres Surdas.

Dessa forma, a dimensão linguística que é percebida como um entrave ao sistema público de saúde, trouxe contribuições metodológicas e permeou as discussões referentes à busca de conhecimentos dessas mulheres a respeito dos direitos sexuais e reprodutivos delas. Para adentrar ao contexto, o artigo foi dividido em tópicos. Primeiramente, será apresentada uma breve contextualização do sistema público de saúde na perspectiva de inserção dos direitos das mulheres. O tópico seguinte abrange os percursos metodológicos e as complexidades envolvidas para adentrar aos conhecimentos das mulheres Surdas referentes aos direitos sexuais e reprodutivos. Em seguida, a construção da análise e discussão de dados baseados nas experiências dessas mulheres, usufruindo das TICs como meio de interação, aprendizado e reflexão frente aos seus direitos. Por fim, algumas considerações.

CONTEXTUALIZAÇÃO DO SISTEMA PÚBLICO DE SAÚDE E INSERÇÃO DA MULHER SURDA

As formas de acesso e inclusão nos serviços de saúde, especificamente no que se refere às ações e programas que compõem as políticas para mulheres, estão imbuídas em debates históricos que envolvem diferentes perspectivas a respeito da noção de gênero. Nesse contexto, o atendimento de distintos grupos sociais, usufruindo da amplitude das noções de saúde, torna-se um desafio.

No Brasil, a saúde da mulher foi incorporada às políticas nacionais de saúde nas primeiras décadas do século XX, restringindo-se, nesse período, às demandas relativas à gravidez e ao parto. Os programas preconizavam as ações materno-infantis como estratégia de proteção aos grupos de risco e em situação de maior vulnerabilidade, como era o caso das crianças e gestantes, Giffin & Costa (1999). Esse período foi palco de várias mudanças no que tange à aproximação para as necessidades de saúde das populações locais. De acordo com Costa (1999), um dos resultados dessa prática foi o baixo impacto nos indicadores de saúde da mulher, além da fragmentação de assistência ao atendimento.

Na década de 1960, com a organização ativa do movimento feminista brasileiro, os programas de assistência à saúde tornam-se muito criticados, tendo em vista a perspectiva reducionista do tratamento fornecido à mulher. De acordo com o II Plano Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher – PAISM, Brasil (2004), a forte atuação do movimento de mulheres no campo da

saúde contribuiu para a construção de uma agenda em planos posteriores e para a modificação de ações consideradas restritas ao espaço e às relações privadas.

Mobilizações políticas e sociais promoveram constantes mudanças no decorrer do século XX e XXI. Tais ações possibilitam a fundamentação e expressão de interesses de distintos grupos, envolvendo instituições privadas e governamentais, em defesa da criação de políticas públicas de saúde. O PAISM surge, nesse contexto, na tentativa de operacionalizar, de maneira contextualizada, as discussões e a atenção à saúde relacionada à reprodução humana. Nessa perspectiva, tal plano tende a expandir a noção de saúde da mulher para além da noção de saúde como perspectiva de reprodução, conforme Brasil (2004).

De acordo com Diniz (2001), a saúde reprodutiva pode ser pensada para além dos diagnósticos e medicamentos na reprodução feminina. Isso envolve mecanismos para auxiliar a criação de novas estratégias de intervenção, as quais estão pautadas nos direitos humanos fundamentais. A redefinição de saúde reprodutiva auxilia para adentrar em outras iniciativas no âmbito dos direitos humanos, levando em consideração a acessibilidade e os formatos de educação informal que estão presentes nesse contexto.

Levando em conta essa trajetória de luta pelos direitos básicos, as mulheres Surdas inserem-se na busca de atenção à saúde e no entendimento frente aos direitos sexuais e reprodutivos. No entanto, um conjunto de fatores torna complexo o atendimento a esse segmento de mulheres de forma efetiva, tais como: preconceitos em relação à saúde sexual e reprodutiva da mulher Surda; falha comunicativa nas interações durante os atendimentos - devido ao uso de duas línguas diferentes como meio de comunicação; presença de familiares ou intérpretes, durante consultas médicas, para a realização da tradução Língua Portuguesa/LIBRAS, para abordar a temática em relação à saúde sexual e reprodutiva.

Diferente da ideia de deficiência vinculada à surdez, essas mulheres evidenciam a língua como um aspecto essencial a ser considerado, ou seja, o corpo é entendido a partir de um olhar voltado aos sentidos, modificando a visibilidade da falta e reiterando a questão da língua como um meio diferente de vivenciar suas experiências. Desse modo, a Língua de Sinais torna-se o elo entre os conhecimentos a serem adquiridos e a forma de expressá-los durante os atendimentos, assim como apreensão acerca das noções de saúde da mulher. De acordo com Duranti (2001) o idioma é um importante fator de uma cultura, considerando que é uma forma de representação do mundo social, utilizada no processo de interação entre os indivíduos.

É válido salientar que os sinais não são somente um fator de viabilidade comunicativa, mas, também, o meio de compreensão de mundo desses sujeitos. Assim como na língua falada, a Língua de Sinais também possui dinamicidade e sofre variações geracionais e regionais, as quais ocorrem por meio da interação face a face dos usuários da língua. A partir dessa perspectiva, o foco volta-se para a mobilização das palavras nas ações performáticas, influenciando na estrutura gramatical e nas performances da fala. Duranti (2001), ao descrever acerca da “*agency da/na língua*”, ressalta que o empoderamento da fala pode ser desempenhado em contextos microsociais. Conforme as discussões trazidas por este autor, a Língua é um aspecto essencial da cultura, pois é uma forma de representação do mundo social, utilizada no processo de interação entre os indivíduos.

Interessa ressaltar que a questão da utilização da Língua de Sinais toma caráter político no âmbito das comunidades Surdas. O modo pelo qual os Surdos que utilizam a LIBRAS vivenciam o mundo é representado por meio do discurso

e partilhado com outros corpos, ocorrendo, dessa forma, o processo de significação e ressignificação do universo simbólico. A partir da definição clássica de corpo, construída por Mauss (2003), as técnicas corporais são aprendidas pelos integrantes da sociedade, constituindo-se como *habitus* inerente ao grupo. Nesse sentido, cada indivíduo dentro do grupo apropria-se de formas corporais desde o início de sua socialização, sendo que “uma habilidade manual só se aprende lentamente. Toda técnica propriamente dita tem sua forma” Mauss (2003, p. 403). À luz dessa noção, compreendemos que a Língua de Sinais seja uma forma linguística e corporal construída a partir das interações entre pessoas Surdas.

Ainda, Bourdieu (1982), é impossível discutir sobre linguagem sem conceber as condições sociais as quais são vinculadas à sua existência. O autor menciona língua como *habitus* linguístico, diretamente vinculado às ações práticas da vida cotidiana, ou seja, o sistema linguístico não somente é composto por noções gramaticais regulares, mas também de direcionamentos dados pelas pessoas e instituições que a utilizam e a modelam a partir de seus próprios padrões. Essas questões refletem nas experiências de vida de cada uma das mulheres Surdas que participaram desse estudo, vinculando as condições sociais em que elas estão inseridas. A forma específica de comunicar, a qual não é legitimada nos diferentes setores sociais e de atendimento, dificulta o acesso às informações e aos conhecimentos que deveriam ser por elas acessados.

O dilema das mulheres que participaram da pesquisa distancia-se da deficiência e volta-se para os espaços de aquisição de conhecimentos referentes à saúde da mulher e isso se dá a partir do uso da própria língua, a LIBRAS. Dentre os diferentes arranjos sociais, essa pesquisa possibilitou verificar como ocorria a apreensão acerca dos direitos sexuais e reprodutivos, tendo em vista a dificuldade comunicativa do sistema público de saúde para o atendimento específico a esse segmento de mulheres.

A inserção social dessas mulheres, de forma satisfatória para a inclusão e acessibilidade nas esferas públicas e privadas, torna-se mais reduzida ao levar em consideração a especificidade linguística daquelas que sinalizam. Percebemos uma organização das pessoas Surdas em grupos e associações, demonstrando um senso de agência e poder, no sentido de reivindicação de direitos.

A *agency* das mulheres Surdas, em relação ao aprendizado acerca de seus direitos sexuais e reprodutivos, tomou outras proporções durante a pesquisa. Isso ocorreu por meio das Tecnologias de Informação e Comunicação – TICs, quando esta se tornou meio de obtenção de conhecimentos e de comunicação, a partir do uso de mídias virtuais e materiais disponibilizados *online* e em LIBRAS acerca da saúde da mulher.

Assim, a participação nas redes sociais adentra em outra esfera importante no campo de interações e agência dessas pessoas. As interações *online* ocupam um lugar relevante de participação de algumas pessoas Surdas na vida pública, em locais de menor organização política Surda ou de inexistência de instituições auto-organizadas, que legitimam as sociabilidades e o empoderamento, tal como o observado no presente estudo etnográfico. A internet, portanto, apresenta-se para elas como mais uma possibilidade de alargamento do contato entre pessoas Surdas e entre pessoas Surdas e ouvintes. Além disso, viabiliza maior democratização do acesso às informações e conhecimento, antes exclusivamente ouvinte.

Segundo Castells (2002), o acesso à internet é condição, dentre outras tantas, para a superação das desigualdades, uma vez que os grupos sociais dominantes organizam-se fundamentalmente por meio da rede. Nesse sentido, a

inserção Surda no mundo conectado revela o caráter aberto da internet enquanto meio possível de estabelecer fissuras nos processos sociais desiguais.

A literatura acerca do tema aponta para as contribuições das TICs como superação das desigualdades a partir do caráter cognitivo e relacional das tecnologias. Alguns autores Castells (2002; 2004); Warschauer (2006); Marcuschi (2004) assinalam para o aspecto do letramento digital, considerando a ação virtual interativa, a qual é assumida via ferramentas virtuais, abrangendo alguns espaços de sociabilidade e difusão de conhecimentos. Nesse viés, Warschauer (2006) argumenta que, enquanto a língua oral desempenhou maior relevância em seu papel interativo, ao longo da história, com a expansão da comunicação mediada por computador, haveria uma superação da divisão entre linguagem oral e escrita.

Para Lévy (1993), a potencialidade da informática recai exatamente no fato de ela ser uma tecnologia aberta para novas conexões imprevisíveis, que tem a potência de transformar de forma radical seu significado e usos planejados inicialmente. É nesse fato que repousa a bem sucedida *performance*⁵ das mulheres Surdas no meio virtual, em especial, nas redes sociais para troca de informações e conhecimentos acerca de seus direitos sexuais e reprodutivos.






PERCURSOS ETNOGRÁFICOS E O ACESSO AOS CONHECIMENTOS DAS MULHERES SURDAS, VIA TICS

A análise etnográfica, envolvendo uma minoria etno-linguística, como as mulheres Surdas da localidade em questão por de um município da região da Zona da Mata Mineira, configura-se enquanto um estudo que requer técnicas de investigação diversas e flexíveis, focadas no dinamismo de suas ações. Nesse sentido, a etnografia teve o propósito de “ser artesanal, microscópica e detalhista, a qual liga o particular mais minúsculo ao universal mais abrangente”, Peirano (1995, p. 53), não apenas sustentando e/ou esclarecendo ponto de vista teórico, mas com a possibilidade de articulação de alternativas (outras) de coleta de dados.

Buscou-se identificar, nesse estudo, quais tipos de informações são recebidas e qual a compreensão que as mulheres Surdas têm a respeito dos conhecimentos básicos de saúde sexual e reprodutiva e métodos contraceptivos. Para tanto, a partir de uma equipe interdisciplinar⁶, foi realizado um mapeamento das mulheres Surdas usuárias da Língua de Sinais, atentando-se para suas condições familiares e pessoais, bem como econômicas e referentes ao mercado de trabalho. A coleta de tais dados foi possível através da orientação etnográfica, acompanhando as Sujeitas Surdas em suas vidas cotidianas. A observação participante foi amparada nas ações e interações dos sujeitos, as quais são importantes para a apreensão dos significados que os próprios sujeitos dão às suas relações, corroborando, assim, com a teoria da *agency*.

Usufruímos das TICs para entrar em contato com as mulheres Surdas com idade entre 18 e 60 anos, fluentes em LIBRAS e moradoras da região. Dentre as mulheres encontradas, ao longo da pesquisa (um total de nove), seis interagiram no espaço *offline* de modo pouco incisivo. Nas interações pelas redes sociais, cinco delas se mostraram disponíveis para conversas informais sobre corpo e sexualidade, cujos dados estão descritos no quadro abaixo:

Quadro 1 – Relação das mulheres Surdas viçosenses, com idade entre 18 e 60 anos, fluentes em LIBRAS e conectadas à rede social *facebook.com*

NOME	IDADE	OCUPAÇÃO	ACESSO AO SISTEMA DE SAÚDE	COMO?	RAÇA/ETNIA (AUTO-DECLARADA)
	26	Estudante/ trabalha no RH de uma rede de lojas	Sim	Plano de saúde privado	Branca
	33	Trabalha no setor de limpeza de um hospital	Sim	Plano de saúde privado	Branca
	27	Estudante universitária	Sim	SUS	Branca
	26	Estudante nível médio	Sim	SUS	Branca
	25	Estudante nível médio	Sim	SUS	Branca

As mulheres foram resguardadas do uso de seus nomes públicos, sendo utilizada apenas uma configuração de mão, que se referente a um dos elementos de constituição de seus nomes próprios em LIBRAS. Os marcadores apresentados no quadro acima apontam para um grupo formado, basicamente, por mulheres jovens estudantes, com idade entre 25 e 33 anos, autodeclaradas brancas, que utilizam computadores residenciais. De acordo com o quadro, é possível observar que três têm acesso às Unidades Básicas de Saúde e duas utilizam-se de planos de saúde privados e não estão cadastradas nas ESF's da cidade.

Ao entrarmos em campo e começar a acompanhar as rotinas das mulheres, verificamos uma dificuldade, por parte desse segmento, em se expressar a respeito das questões que envolvem os direitos sexuais e reprodutivos. Em todos os momentos em que tentávamos entender acerca desses conhecimentos obtidos por elas, havia uma dificuldade desenvolver o assunto, modificando os rumos das sinalizações. No entanto, posterior a uma pergunta ou comentário, elas começaram a postar imagens e vídeos, além de chamar para chats, por meio de redes sociais. Esse processo fez com que a pesquisa adentrasse a esse campo e formato investigativo.

Ao considerarmos a internet como um espaço aberto para busca de informações, cada estratégia de uso pode resultar em experiências diferenciadas das tecnologias digitais, inclusive relativas aos corpos e à inclusão/exclusão. Essas experiências abrem um campo de possibilidades para as investigações antropológicas contemporâneas à medida que articulam técnicas etnográficas ao estudo de interações sociais emergentes. Assim, evidenciamos as TICs como potencializadoras da comunicação e expressão de mulheres Surdas a respeito de temas “*tabus*”, conforme Rodrigues (1980), tais como o exercício da sexualidade e o acesso aos direitos sexuais e reprodutivos.

A esse respeito, as questões referentes ao corpo e à sexualidade, as quais são invisibilizadas nas interações face a face por motivos transversais que vão além da surdez, podem ser acessadas a partir do espaço virtual. O acesso a essa forma de comunicação torna-se, conseqüentemente, uma possibilidade de as pessoas externalizarem, além das suas formas de percepção do próprio corpo, suas experiências de gênero e sexualidade. Esse dado é relevante para refletir a respeito da saúde coletiva, no tangente ao entendimento sobre os conceitos de saúde sexual e reprodutiva das mulheres Surdas de classes populares, as quais não estão centradas nas ações diretas das Unidades Básicas de Saúde.


Cabe mencionar, ainda, que temas como corpo e sexualidade são considerados *tabus* para as mulheres Surdas investigadas, não apenas por elas serem Surdas, mas por um conjunto de questões que influenciam suas relações e sociabilidades Surdas. Nesse sentido, a intersecção entre as questões referentes à religiosidade, gênero, raça, família e geração é um importante vetor analítico, capaz de articular as noções que marcam os corpos e identidades Surdas. Partimos, portanto, da relação entre as especificidades Surdas e o uso das TICs, para entender o poder de agência das mulheres Surdas no tocante aos seus direitos sexuais e reprodutivos a partir da dimensão mediadora das redes sociais. Para o desenvolvimento metodológico da pesquisa, a percepção ao longo das interações virtuais com as mulheres Surdas e a transcrição desses dados foram significativas para o entendimento a respeito do status de acesso e das formas de interação linguística dessas mulheres por meio das mídias *online/offline*. Esse processo promoveu algumas considerações durante o processo de análise de dados a respeito da *agency* desse segmento em relação aos direitos sexuais e reprodutivos.

TICS COMO POTENCIALIZADORAS DA COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO DE MULHERES SURDAS

De acordo com Marcuschi (2001), a internet viabiliza novas formas de comportamento comunicativo e de práticas pluralistas. Se, por um lado, possibilita a inserção de mulheres Surdas nas interações *online*, por outro, abre campo para pesquisas virtuais. Desse modo, algumas considerações foram mapeadas e analisadas ao longo do processo etnográfico virtual, por meio das redes sociais e do contato com as mulheres pesquisadas.

O acesso ao *facebook.com*, por exemplo, foi utilizado como fonte de aproximação e comunicação acerca das questões de pesquisa. Por meio das interações *online*, a partir de postagens e comentários, conversas por meio de *chats* e aplicativos de celular, foi possível identificar uma sociabilidade constante, em que as mulheres começaram a adicionar umas às outras nas redes de contato da pesquisa, por meio da indicação de suas amigas Surdas aos pesquisadores. Esse processo promoveu uma cadeia de relações interpessoais e permitiu, de acordo com Amaral (2008), a observação sistemática de perfis, os quais foram atrelados às entrevistas informais com as mulheres por meio de comunicadores instantâneos do *facebook.com*

O acesso ao campo e às atividades cotidianas das mulheres Surdas, vinculadas ao uso das TICs, tornou-se visível a partir dessas interações *online*.

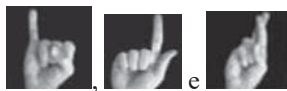
Isso foi evidenciado ao observar, por exemplo,  que faz uso constante de *tablet*. E, quando conectada à internet, utiliza frequentemente o *facebook.com* como meio de interação social virtual, bem como para busca de conhecimentos e informações diversas, voltadas à sua vida estudantil, mas também para o acesso às dúvidas e questões voltadas à vida pessoal. Além disso, ela usufrui do aplicativo denominado *ProDeaf*⁷, um software de tradução de texto e voz de Língua Portuguesa para LIBRAS.

Ademais, ao serem questionadas em relação ao atendimento das Unidades Básicas de Saúde, todas as mulheres pesquisadas afirmaram ter frequentado, em algum momento, uma instituição pública de saúde para obter

conhecimentos básicos acerca da saúde da mulher. Porém, isso não significou que houvesse um entendimento acerca do que os profissionais da saúde tinham a dizer a respeito de seus corpos. Suas narrativas demonstraram, ainda, a incerteza a respeito da especialidade médica que poderia auxiliá-las em relação à saúde



sexual e reprodutiva. Dessa forma, não sabia responder se já havia ido à ginecologista. Essa falha interativa⁸, no sentido do termo denominado por Goffman (1982), foi atribuída à relação familiar, uma vez que o papel de marcar a consulta, na maioria das vezes, era atribuído a um membro familiar.



Três delas, tinham namorados e narraram que as informações sobre métodos contraceptivos foram acessadas através da instituição escolar, em primeira instância. No entanto, o aprendizado por meio das experiências individuais preponderava, uma vez que a comunicação institucional, seja na área da saúde, seja na educação, sempre foi realizada via oralização, sem facilitar a compreensão Surda, promovendo, assim, um aprendizado fragmentado. Desse modo, as TICs foram de extrema importância para a busca de informações específicas, pois auxiliaram a sanar dúvidas pontuais e a obter demonstrações a partir de imagens e procedimentos mais elucidativos acerca da saúde sexual e reprodutiva, como, por exemplo, a utilização de coletor menstrual e a relação do ciclo menstrual com o processo de fertilidade.

A mediação das TICs é capaz de fixar as experiências (nesse caso Surdas e ouvintes) num espaço de interação que potencializa a comunicação, considerando certas especificidades nas relações entre Surdas e entre Surdas e ouvintes. Foi possível apreender, inclusive, a possibilidade da utilização da LIBRAS a partir de recursos de vídeo postado nas mídias virtuais, com acesso aos conhecimentos por meio do uso da sua primeira língua. Desse modo, a compreensão ofuscada pela falta de domínio da Língua Portuguesa formal escrita ou da utilização da oralização como primeira instância comunicativa, extrapola os limites de interação pré-definidos e estabelecidos face a face, a partir da interação via meio virtual. Nesse sentido, essas mulheres tem a emancipação do uso de meios comunicativos e de busca de informações.

Outro aspecto a ser considerado é o status de invisibilidade da surdez via acesso e divulgação de conhecimentos *online/offline*, que muitas vezes altera as condições de igualdade nas discussões em esferas públicas com pessoas não Surdas. Tal invisibilidade da deficiência, segundo as narrativas das mulheres Surdas, não ocorre de modo eficaz nas relações cotidianas com as ESF's. Nas interações *offline*, as diferenças são reforçadas pelas instituições de saúde, não no sentido de demarcar e atender a diversidade, mas no sentido de contribuir para as desigualdades, dentre elas, as percepções da surdez como patologia.

As mulheres também demonstram, de maneira aparente, a *agency* no uso dos sinais e no jeito de se comunicar em todos os momentos de interação *inbox*. O uso de *emoji* foi verificado como um meio de expressão das ações de surpresa, felicidade, aprovação, entre outros. Ao realizar o contato cotidiano na pesquisa virtual, as mulheres demonstram *agency* da/na linguagem, para o uso e manipulação das redes sociais, de acordo com o conceito de Duranti (2004). Conforme Duranti (2001) e Ahearn (2001) todas as linguagens, no sentido da comunicação e suas representações, parecem destinadas a representar *agency* por meio de dois campos de significados. Em um deles, a agência implica inerentemente “intenções”, metas individuais e desejo, ou seja, as agentes Surdas buscam perseguir projetos que são culturalmente definidos. No outro campo, há relações entre “poder” e agência, no sentido de que essa última realiza-se em contextos em que há assimetrias e desigualdades. Segundo Ortner (2007),

esses dois campos não operam um sem o outro, podendo se fundir ou servir à distinção.

Ora, o universo das mulheres Surdas, assim como qualquer esfera da vida cotidiana, é constituído por inúmeros projetos de agência culturalmente construídos e também suscetíveis a variações de distribuição. Todos os seres humanos são, portanto, dotados de agência cuja forma e distribuição sempre são edificadas e conservadas culturalmente em uma matriz de assimetrias locais e de diferenciação de poder, (ORTNER, 2011; SEWELL, 1992).

Nas *performances* das mulheres Surdas conectadas às redes sociais, assim como em qualquer outra experiência social, existem valores e construções culturais atreladas à composição e disposição de *agency* como parte do processo comunicacional. Tal processo foi verificado por meio do uso “excessivo” de *emojis* nas mensagens, vídeos em LIBRAS e envio de sinais, intercalados com o Português escrito. Estas formas de comunicação demonstram a evidência das representações da gramática da LIBRAS e da corporalidade Surda, que permite atingir outros espaços, para além do contato face a face e usufruir de representações gráficas, de um acervo disponível *online*, que são acessados por Surdas e produzidos por essas agentes.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da etnografia, foi possível visualizar que as barreiras de acesso às diferentes instâncias sociais do mundo *offline* são negociadas e ressignificadas durante as interações *online* das mulheres Surdas. Desse modo, é visível o empoderamento desse segmento no que tange ao ato comunicacional e ao acesso aos conhecimentos relativos aos direitos sexuais e reprodutivos, os quais podem ser buscados de forma autônoma, inclusive, entre as próprias sujeitas, via *online*.

Dessa forma, a internet, no seu uso cotidiano, possibilita a busca de informações por meio de vídeos, imagens e escrita, que redimensionam a corporalidade Surda, modificando a representação do lugar dessas mulheres. Se, nas relações *offline*, as pessoas Surdas, invisibilizadas, apresentam resistências para narrar suas próprias experiências, por considerarem seus corpos diferentes, vivenciar o mundo *online* é usar das linguagens digitais disponíveis como ferramenta de potencialização de seus corpos: comunicativos, desejosos e diversos.

A híbrida configuração linguística nas redes sociais está envolvida, no entanto, com constantes graus de negociação por parte das mulheres Surdas, mesmo porque há pluralidade dos modos possíveis de estruturação dessas representações, mediante os valores e interesses em jogo. Nesse sentido, o agenciamento dessas mulheres opera nas construções identitárias virtuais, relativas à identificação enquanto Sujeitas Surdas e ocupação do espaço conectado como forma de empoderamento. O acesso às mídias virtuais e o processo comunicacional ocorrem de maneira fluida, com a troca de informações equiparadas às de pessoas ouvintes e escolarizadas nas tecnologias por meio dos vídeos e postagens.

É salutar mencionar que a utilização de tal dispositivo tecnológico, assim como a inserção de profissionais tradutores e intérpretes de LIBRAS/ Língua Portuguesa não resolve os problemas em relação ao acesso à saúde de maneira integral, mas são questões específicas evidenciadas por meio dessa pesquisa. Assim, as *performances* desempenhadas pelas mulheres Surdas conectadas às redes sociais apontam para uma relação de poder de *agency* que resiste

frente às relações mais assimétricas articuladas na vida *offline*, inclusive nas interações com as ESF's, conforme suas vivências virtuais.

NOTAS

¹ A pesquisa intitulada: “Direitos Sexuais e Reprodutivos das mulheres Surdas de Classes Populares: corporalidade e agency nas interações cotidianas com as ESF's da cidade de Viçosa, MG” foi financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, a partir do edital EDITAL MTCI/CNPq/SPM-PR/MDA N° 32/2012, com sua conclusão no ano de 2015.

² Cunhado inicialmente por Giddens (1984), o conceito de Agency é uma tentativa de síntese entre uma dualidade clássica no campo da Sociologia que se dá entre o indivíduo e a estrutura social. Tal conceito tem uma possibilidade para o indivíduo atuar para além das sugestões estruturais; e, desse modo, poder intervir no curso dos acontecimentos, alterando-os dentro de certos limites, ou para além deles, o que seria mais difícil de ocorrer, Giddens (1984). Neste estudo, tal conceito será desenvolvido a partir da definição de Alessandro Duranti, que reflete acerca da *agency in language*. Duranti (2001; 2004) considera que toda fala (ou neste caso, a sinalização) envolve um tipo de “agência” da língua, em duas dimensões de ocorrência: sua realização linguística (performance) e sua representação linguística (codificação da língua).

³ Conforme Padden & Humphries (2006), a utilização da palavra Surda, com a letra S em maiúscula, ocorre para a denominação daquelas pessoas que se consideram culturalmente diferentes e que utilizam a LIBRAS como primeira língua. Ressaltamos também que a denominação de “cultura Surda”, “comunidade Surda”, além das relações estabelecidas entre língua e cultura são adotadas a partir de um sentido ênico.

⁴ De acordo com Alturas; Santos (2010), *Facebook* é considerada uma popular rede social de relacionamento e de compartilhamento de arquivos, que permite aos usuários criar perfis, fazer *upload* de fotos e vídeos, encontrar pessoas e adicioná-las como amigas, veicular notícias, criar e participar de grupos de interesses próximos, assim como acessar notícias e conhecimentos compartilhados entre os usuários da rede.

⁵ As ações performativas são entendidas no sentido do conceito de Deleuze & Guattari (1999, p. 12), descrito “como criar para si um corpo sem órgãos” no qual o programa é um acionador da experiência, um “motor da experimentação”.

⁶ A pesquisa foi realizada a partir da formação de um grupo interdisciplinar, envolvendo acadêmicas de iniciação científica da área de Enfermagem e Ciências Sociais, além da participação de um bolsista de apoio técnico, graduado em Ciências Sociais. Toda a equipe participou ao longo de um ano de grupos de estudos voltados para as questões referentes à pesquisa qualitativa e etnográfica e, paralelamente, participaram de curso de extensão para o ensino e aprendizagem da LIBRAS, anterior à entrada em campo.

⁷ Informações disponíveis em: <<http://www.prodeaf.net/>>.

⁸ Nesse estudo, a ideia de falha interativa pode ser compreendida como uma falha de entendimento no momento da comunicação entre duas pessoas.

REFERÊNCIAS

AHEARN, Laura M. Language and Agency. *Annual Review of Anthropology*. v. 30, p. 109-137. Outubro, 2001.

ALTURAS, Bráulio; SANTOS, Vinícius de. Análise de mecanismos de controle de acesso nas redes sociais. *Rev. Portuguesa e Brasileira de Gestão*. v. 9, n. 3, Lisboa, set. 2010.

AMARAL, Adriana. Autoetnografia e inserção online. O papel do “pesquisador-insider” nas práticas comunicacionais das subculturas da web. *XVII COMPÓS*. São Paulo: Biblioteca da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação, 2008.

BOURDIEU, Pierre. *The logic of practice*. Stanford: Stanford University Press, 1982.

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. *Norma Operacional Básica do Sistema Único de Saúde - SUS* (Publicada no D.O.U. de 6/11/1996). Brasília: Ministério da Saúde, 1996.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. *Política nacional de atenção integral à saúde da mulher: princípios e diretrizes*/ Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. - Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

_____. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. *Plano Nacional de Políticas para as Mulheres*. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2005.

_____. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. *Plano Nacional de Políticas para as Mulheres*. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2013.

CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. A era da informação: economia, sociedade e cultura; v. 1. 6 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

_____. *A Galáxia Internet*. Reflexões sobre Internet, Negócios e Sociedade. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2004.

COSTA, Ana Maria. *Desenvolvimento e implementação do PAISM no Brasil*. Brasília: NESP; CEAM; UnB, 1999.

DELEUZE, Gilles & GUATTARI, Félix. *Mil Platôs*. Vol 3. São Paulo: Editora 34, 1999.

DINIZ, Débora. *Conflitos Morais e Bioética*. Brasília: Letras Livres, 2001.

DURANTI, Alessandro. *The scope of Linguistic Anthropology*. In: *Linguistic Anthropology*. New York, NY: Cambridge University Press, 1997.

_____. (Org.). *Linguistic Anthropology: A reader*. Oxford: Blackwell Publishing Ltd, 2001.

_____. (Org.). *A Companion to Linguistic Anthropology*. Malden, Mass.: Blackwell, 2004.

FARAH, Marta Ferreira S. “Parcerias, novos arranjos institucionais e políticas públicas no nível local de governo”. *RAP – Revista de Administração Pública*, v. 35, n. 1, p. 119-145, jan./fev. 2001.

_____. *Gênero e políticas públicas: iniciativas de governos subnacionais no Brasil*. São Paulo: NPP/FGV-EAESP, 2002. Relatório de pesquisa n. 10/2002.

_____. Gênero e Políticas Públicas. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 12(1), p. 47-71, janeiro-abril/2004.

GIDDENS, Anthony. *The Constitution of Society*. Cambridge: Polity Press, 1984.

GIFFIN, Karen; COSTA, Sarah (Orgs). *Questões da saúde reprodutiva* [on-line]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1999. Disponível em SciELO Books - ISBN 85-85676-61-2.

GOFFMAN, Erving. *Estigma: Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. 4a edição. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

_____. A Situação Negligenciada. In: RIBEIRO, Branca Telles. *Sociolinguística Interacional*. Porto Alegre: AGE, 1998.

LÉVY, Pierre. *As tecnologias da inteligência*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1993.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. Gêneros textuais emergentes no contexto da tecnologia digital. In: MARCUSCHI, Luiz Antônio; XAVIER, Antônio Carlos (Orgs.). *Hipertexto e Gêneros Digitais*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004. p. 13- 67.

- _____. O hipertexto como um novo espaço de escrita em sala de aula. *Linguagem & Ensino*, v. 4, n. 1, 2001, p. 79-111.
- MAUSS, Marcel. *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: Cosac Naify, 2003.
- MERCADO, Luis Paulo Leopoldo. Pesquisa qualitativa online utilizando a etnografia virtual. *Revista Teias*, v. 13, n 30, p.169-183, set./dez. 2012.
- ONU. *Programme of Action adopted at the International Conference on Population and Development*. Cairo, 20th ed., 5-13 September, 1994. Disponível em: <http://www.unfpa.org/sites/default/files/pubpdf/programme_of_action_web%20ENGLISH.pdf>. Acesso em: 15/09/2015.
- ORTNER, Sherry B. Poder e Projetos: reflexões sobre agência. In: GROSSI, Miriam; ECKERT, Cornelia; FRY, Peter (Org). *Conferências e diálogos: saberes e práticas antropológicas*. Blumenau: Nova Letra, 2007. p. 45-80.
- _____. Teoria na antropologia desde os anos 60. *Mana*. V.17 n. 2, Rio de Janeiro, Aug. 2011.
- PADDEN, Carol; HUMPHRIES, Tom. *Inside Deaf Culture*. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 2006.
- PEIRANO, Mariza. *A favor da etnografia*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995. RODRIGUES, José Carlos. *Tabu do corpo*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1980. SEWELL, William H. Jr. A Theory of Structure: Duality, Agency and Transformation. In: *American Journal of Sociology*, v. 98, p. 1-44, 1992.
- WARSCHAUER, Mark. *Tecnologia e inclusão digital: a exclusão digital em debate*. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2006.

